

VII Congreso Chileno de Antropología. Colegio de Antropólogos de Chile A. G, San Pedro de Atacama, 2010.

Museus e verdade: versões da autoridade etnográfica.

Katianne de Sousa Almeida.

Cita:

Katianne de Sousa Almeida (2010). *Museus e verdade: versões da autoridade etnográfica*. VII Congreso Chileno de Antropología. Colegio de Antropólogos de Chile A. G, San Pedro de Atacama.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/vii.congreso.chileno.de.antropologia/60>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/eYYc/gvz>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Museus e verdade: versões da autoridade etnográfica

Katianne de Sousa Almeida²⁷⁵

RESUMEN

A memória é mais do que parte integrante da existência humana, ela é, na verdade, sua condição de existência. E, como elemento essencial do sujeito, muitos sentem a necessidade de guardá-la em locais seguros, como relíquias. Estes locais seguros denominam-se museus. Para além da divinização do passado, os museus foram espaços da abordagem evolucionista da diversidade humana assim como um mecanismo de controle do discurso sobre a cultura dos povos. Para que um objeto entrasse no museu significava pertencer a um tipo de memória que se queria preservar e servir como referência. Sendo assim, quais as memórias e narrativas foram e ainda são preservadas? Este artigo é uma tentativa de abordar o arquivo como um lugar de questionamento sobre a experiência antropológica, assim como a reflexividade da escrita, o poder dos processos narrativos e a constituição dos sujeitos por suas memórias.

Palabras claves: Museus, memória, arquivo

ABSTRACT

Memory is more than an integral part of human existence, it is in fact its condition of existence. And, as an essential element of the subject, many feel the need keep it in secure places, as relics. These safe places are called museums. Apart from the deification of the past, museums were places of the evolutionary approach to human diversity as a mechanism to control the discourse about the culture of the people. For an object to enter the museum meant to belong to a type of memory that aimed to preserve and serve as a reference. So, what memories and stories were and are still preserved? This article is an attempt to address the archive as a place of questioning about anthropological experience, as well as the reflectivity of writing, the power of narrative processes and the constitution of the subjects by their memories.

Keywords: Museums, memory, file

O arquivo em questão

Os museus fazem parte, do modo mais límpido, das casas de sonho do coletivo.
Walter Benjamin

²⁷⁵ Mestranda pela Universidade Federal de Goiás. Rua C-160 Quadra 331 lote 20 Jardim América, Goiânia, Goiás, Brasil. CEP 74255-130. ksantropologia@gmail.com.

TOMO II – VII CONGRESO CHILENO DE ANTROPOLOGÍA
ANTROPOLOGÍA EN EL BICENTENARIO. RETROSPECTIVAS, INTERESES DEL
PRESENTE, APERTURAS

Museu, do latim *museum* que veio do grego *mouseíon*, ou seja, templo da morada das musas. *Musa*, por sua vez, significa qualquer divindade que inspire as artes. Pode-se fazer, então, uma ligação entre museus e o templo das divindades, logo, vinculado ao sagrado e, assim, conseqüentemente ao que está vinculado à pureza, à veneração, ao respeito de maneira profunda, enfim, àquilo que é constituído como verdade.

Essa verdade seria assegurada pelo fato dos museus constituírem-se como instituições “autorizadas” a salvaguardar o concreto, o que é real, isto é, a materialidade dos povos. Essa materialidade teve como precursora os gabinetes de curiosidades, estes eram espaços que atraíam o público pelas coleções de artefatos de populações do “novo mundo” consideradas pelos europeus como exóticas e peculiares.

Os gabinetes de curiosidades eram *locus* do espírito colecionista de viajantes, missionários e naturalistas que a partir do século XV tinham o desejo ambicioso de acumular artefatos da mesma natureza, ou que tinham quaisquer relações entre si. Os objetos colecionados surgiam por diversas razões, tais como identitárias, sentimentais, econômicas, práticas de pesquisa e, no geral, eram vistos como relíquias.

Efetivamente, desde o século XVI, os cronistas europeus vêm registrando os desenhos utilizados pelos povos autóctones na própria pintura corporal e em diferentes tipos de suporte, como na decoração de cerâmicas, nos tecidos, nas máscaras, nas cestarias, nas esculturas em madeira, e em uma série de artefatos e ornamentos. Muitas dessas peças foram coletadas de forma aleatória. A partir da segunda metade do século XVIII, viajantes e naturalistas percorreram o continente americano pesquisando e coletando, de forma mais sistemática, os objetos fabricados pelos povos autóctones, remetendo-os as instituições européias, em sua maioria os museus.

Entretanto, foi somente no século XIX, momento que a antropologia consolidou-se como disciplina, que os objetos contidos nos museus começaram a ser problematizados. A antropologia passou a realizar um trabalho de classificação dos objetos resguardados a partir de aspectos como o meio ambiente, a técnica e a forma.

Pode-se, então, perceber que, no início, o uso dos museus foi como lugar de pesquisa descritiva, em que se procurava ordenar os objetos em áreas geográficas ou culturais, mas se negligenciava a investigação sobre a dimensão social e simbólica dos objetos. Poderíamos pensar que o próximo passo seria a investigação da dimensão social e simbólica, mas com o tempo a antropologia perdeu o interesse por esses materiais contidos nos museus, e conseqüentemente a própria problematização desta instituição.

Somente após a percepção de que a cultura material traz uma riqueza de informações, sobre aspectos da vida social e sobre o simbolismo daqueles que a produziam, é que os objetos resguardados em museus readquiriram importância para a antropologia. Contudo, ainda para Canclini (1997), atualmente não nos desvencilhamos do colecionismo raso inicial. Isso se dá pelo fato de alguns estudiosos acreditarem que o importante é agregar mais materiais ao acervo, fomentando um empirismo raso na catalogação dos materiais e uma pobre interpretação contextual dos fenômenos.

TOMO II – VII CONGRESO CHILENO DE ANTROPOLOGÍA
ANTROPOLOGÍA EN EL BICENTENARIO. RETROSPECTIVAS, INTERESES DEL
PRESENTE, APERTURAS

Então, não há, efetivamente, uma preocupação em situar os materiais preservados dentro de uma lógica das relações sociais; eles ainda, infelizmente, permanecem identificados ao passado “rústico”, “arcaico” e “exótico”. Não há uma vontade expressiva de incluir nos materiais uma referência as práticas cotidianas para qual foram feitos. Nos museus quase nunca se expõe o porquê dos materiais serem importantes e em que processos sociais estão envolvidos os materiais.

Este é o desafio dos museus: ou eles são espaços de relação que operam a favor da humanidade e da vida, ou arcas de acumulação de bugigangas que se cristalizam nos sobejos de morte (Chagas 1992: 301).

Dentro desta proposta de problematizar o museu, ou melhor, os arquivos Clifford (1988) apresenta algumas preocupações quanto a falta de contextualização científica coerente que encorajaria a errônea apreciação dos acervos museológicos como obras de arte isoladas, ao invés de artefatos culturais.

Mesmo no trabalho posterior de Griaule e seus colaboradores, que vai além do colecionamento museológico que dominou os primeiros tempos da missão, há pouco esforço no sentido de apresentar uma versão unificada de uma realidade africana livre dos intervalos e descontinuidades de uma apresentação documentária e exegética (Clifford 1988: 217-218).

Sendo assim, voltamos à questão inicial de pensar o museu como arquivo e como *locus* de experiências etnográficas. Os museus foram e ainda são instituições “autorizadas” a salvaguardar a materialidade e a memória dos povos. Portanto, os museus podem ser considerados elementos socializadores da memória. Todavia, coloca-se o seguinte questionamento: qual memória é guardada, ou melhor, preservada? De qual memória estamos falando?

Memórias a preservar

Para que museu? Toda a aprendizagem dos índios sobre museu, realizada com as experiências aqui descritas, pode ser condensada nessa sábia resposta: ‘Para não esquecer’.

José Ribamar Bessa Freire

Memória... Uma interessante categoria que está ligada a faculdade de reter e recordar impressões e conhecimentos adquiridos anteriormente. Contudo, sabe-se que não são todos os conhecimentos, experiência e vivências que conseguem a garantia de não serem esquecidas. Assim como Mauss (2003) concebeu a idéia que a categoria “pessoa” / “eu” é uma construção social, a memória também é uma construção social e também é um instrumento para visualizar as maneiras diversificadas em que se constituem as lembranças dos seres humanos.

As memórias, em maior ou menor grau de importância, podem abordar aspectos da cultura popular, da vida em família, dos hábitos e costumes de uma localidade, da religiosidade,

TOMO II – VII CONGRESO CHILENO DE ANTROPOLOGÍA
ANTROPOLOGÍA EN EL BICENTENARIO. RETROSPECTIVAS, INTERESES DEL
PRESENTE, APERTURAS

entre outras. Talvez, se possa até considerar a memória como um fenômeno social total, pois para compreendê-la é preciso buscar em um conjunto de sistemas seja presente na ordem do religioso, ou do jurídico, ou do econômico, ou da tradição, ou do costume, etc. Assim sendo, a memória é uma categoria complexa, pluridimensional. Além disso, ela somente é compreensível dentro da totalidade, conforme as estruturas simbólicas e concretas do grupo.

(...) O princípio e o fim da sociologia é perceber o grupo inteiro e seu comportamento inteiro. (...) Os fatos que estudamos são todos, permitam-nos a expressão, fatos sociais totais, isto é, eles põem em ação, em certos casos, a totalidade da sociedade e de suas instituições. (...) Todos esses fenômenos são ao mesmo tempo jurídicos, econômicos, religiosos, e mesmo estéticos e morfológicos etc. (Mauss 2003: 309 e 312).

Tendo como arcabouço conceitual o que foi descrito acima - a memória assim como constatou Maurice Halbwachs (2004) constitui-se sob as bases do imaginário do grupo, posto que todas as lembranças são construídas no interior de um grupo. A origem de várias ideias, reflexões, sentimentos, paixões do indivíduo são, na verdade, inspiradas pelo grupo.

No entanto, ainda existem dúvidas para além da formação da memória, como, por exemplo, o que elas podem transmitir? Bem, Halbwachs afirma que as recordações, a partir da vivência em grupo, podem refletir ideias reconstruídas ou simuladas e é neste ponto que trazemos de volta os usos e abusos da instituição – museu.

Ora, dissemos anteriormente que os museus são espaços que preservam a memória dos povos e que também desempenham o papel educativo de informar sobre “as verdades”, ou o concreto de determinadas culturas mortas e também vivas. Mas se as memórias, assim como alertou Halbwachs, podem ser simuladas o que esperar das descrições museológicas? Sabe-se que todo o processo de construção da memória passa por um referencial que é o sujeito e este sujeito de forma alguma está preso em um pedestal ou dentro de um vácuo que não sofre qualquer influência externa.

Trata-se de nada menos que de vos explicar como uma das categorias do espírito humano - uma dessas ideias que acreditamos inatas- lentamente surgiu e cresceu ao longo dos séculos e através de numerosas vicissitudes, de tal modo que ela ainda é, mesmo hoje, flutuante, delicada, preciosa, e passível de maior elaboração. É a ideia de “pessoa”, a ideia do “Eu” (Mauss 2003: 369).

Mauss (2003), ao falar de pessoa já indicava que nada era natural, logo, tudo era construído socialmente. Até mesmo a ideia de pessoa, a ideia do “Eu”. Se a ideia de pessoa pode ser flutuante, delicada, preciosa e passível de maior elaboração, as construções de si, por meio das memórias arquivadas também são remodeladas. A noção e o conceito de si têm influência com a forma que o indivíduo se relaciona com a religião, com seus costumes, com a estrutura social, com a mentalidade social, com seus direitos, com sua cultura, etc.

O conjunto de nossas atitudes é resultante de uma construção social, ou seja, o social opera no âmbito mais íntimo do indivíduo, o *locus* concreto do ser: o seu corpo. É este corpo que

TOMO II – VII CONGRESO CHILENO DE ANTROPOLOGÍA
ANTROPOLOGÍA EN EL BICENTENARIO. RETROSPECTIVAS, INTERESES DEL
PRESENTE, APERTURAS

tem o seu imaginário convive com as dinâmicas fluidas do contexto social, logo capaz de formular diversas memórias de si e, conseqüentemente, de seu grupo.

Para Júnior e Silva (2005), os museus em qualquer contexto serão lugares em que os objetos permaneceram guardando a memória das relações que constituíram os grupos e continuaram sendo objetos de valor. E é por essa razão que os objetos de museu sempre serão polissemânticos, sendo os seus significados continuamente reelaborados tanto por aqueles que pesquisam estas memórias como para aqueles a que pertencem estas memórias.

Com isso, quem sabe, ao invés das costumeiras acusações e denúncias contra os museus, possamos fazer deles, não o local da “tristeza” e da pilhagem, ou até mesmo do colonialismo, mas, pelo contrário, como um local onde sejamos amigos de objetos interpretáveis, congregando num mesmo espaço-tempo “os objetos”, “os outros” e “nós”. Assim, quem sabe, estaremos fazendo verdadeiramente um museu de grandes novidades (ibid. 2005: 106).

Autoridade rompida

*A realidade é mais rica do que podemos apreender
Rosenthal.*

Terminar dizendo que os museus sempre carregarão o carma do colonialismo é deixar de problematizar este arquivo que tem tanto a dizer da diversidade humana quanto da história da antropologia e seus arcaísmos metodológicos.

Os museus são *locus* interessantes de se ver os caminhos trilhados pela ciência antropológica em suas abordagens sobre a alteridade, sobre a diversidade, sobre a complexidade humana. Ora, no início os museus eram espaços considerados gabinetes de curiosidades, em que o que era o exótico ou característico de uma aproximação ao homem primevo era o que identificava um arquivo museológico, juntam-se a estas ideias os pressupostos evolucionistas que marcaram o início do paradigma da ciência antropológica.

Depois com a ânsia pelo trabalho de campo, nos moldes de Malinowski, os museus foram deixados de lado e somente com Lévi-Strauss acreditou-se que estes espaços também seriam prolongamentos do trabalho de campo. Abriu-se a mente para a importância do patrimônio material, encarando que é também por meio destes objetos musealizados que muitos elementos portadores de valores culturais podem ser revelados. As artes dos povos autóctones, exemplo de arquivo museológico, são documentos tanto quanto os textos etnográficos, cadernos de campo, filmes documentários e fotografias, através dos quais é possível pensar usos e significados em uma cultura particular.

Com a atual desmistificação do que pode ser experiência etnográfica, ou seja, afastando-se da prisão descrita por Malinowski, os museus são alvos de importantes contextualizações e aproximações, com a crítica devida ao seu papel dentro da pesquisa documental.

Conforme Sant’anna (2003), essa crítica está em considerar que ao se retirar um objeto do seu contexto social de uso e produção, declará-lo patrimônio, ou memória preservada,

TOMO II – VII CONGRESO CHILENO DE ANTROPOLOGÍA
ANTROPOLOGÍA EN EL BICENTENARIO. RETROSPECTIVAS, INTERESES DEL
PRESENTE, APERTURAS

conservá-lo como uma relíquia e disponibilizá-lo em museus não abrange todas as situações em que é possível reconhecer um valor cultural. Foi, então, somente pelo viés da contextualização e aproximação entre as culturas resguardadas e aquelas que resguardam, ou seja, a promoção do diálogo intercultural que se consegue a “revalorização cultural” daqueles que foram, ou talvez ainda sejam considerados “selvagens”.

Esta reflexão é importante e revoluciona o modo de enxergar os museus. Usando das premissas de Walter Benjamin (1983) sobre a narrativa, podemos alargar seu pensamento para a nova compreensão dos museus. Ou seja, Benjamin afirmava que o sujeito, de certa forma, não está interessado em transmitir o “puro em si” da coisa narrada. A narrativa tem como princípio mergulhar na vida do narrador para em seguida retirar-se dele, são, assim, os filtros do que se quer manter como memória, ou melhor, as coisas que se quer partilhar coletivamente.

E também assim é a nova proposta dos museus e daqueles que acreditam que os arquivos são objetos de reflexão. Para Cunha (2004), o caráter artificial, polifônico e contingente das informações contidas nos arquivos -bem como as modalidades de uso e leituras que ensinam- tem sido repensado (p. 292).

Continuando o argumento:

Diferentes análises e perspectivas em torno do uso e natureza dos acervos arquivísticos convergem em uma mesma preocupação: é preciso conceber os conhecimentos que compõem os arquivos como um sistema de enunciados, verdades parciais, interpretações históricas e culturalmente construídas – sujeitas a leituras e novas interpretações (ibid.: 292).

Portanto, os museus - como arquivos - são meios discursivos. E os discursos, por sua vez, de acordo com Foucault (1996) são regulados, selecionados, organizados e redistribuídos, reunindo poderes em qualquer sociedade, isto é, as formações discursivas determinam o que pode e o que deve ser dito, assim como o que deve ser escrito. Assim, Foucault ressalta que a sociedade, por meio de suas regras, controla o discurso, para que este não seja falado de qualquer modo, “não se pode dizer tudo, não se pode falar de qualquer coisa” (p. 05).

Se o discurso é selecionado, pode-se dizer que existem aqueles que são autorizados a falar e/ou a escrever. É neste instante que se faz preciso analisar as relações de poder-saber veiculadas na sociedade. Ter um olhar reflexivo para as engrenagens do arquivo e questionar as verdades discursivas fixas teve como consequência, por exemplo, a abertura do caminho para as mudanças das práticas dos museus.

Devo continuar. Eu não posso continuar. Devo continuar. Devo dizer palavras enquanto as houver. Devo dizê-las até que elas me encontrem. Até elas me dizerem — estranha dor, estranha falta. Devo continuar. Talvez isso já tenha acontecido. Talvez já me tenham dito. Talvez já me tenham levado até ao limiar da minha história, até à porta que se abre para a minha história. Espantar-me-ia que ela se abrisse (Foucault 1996: 1).

TOMO II – VII CONGRESO CHILENO DE ANTROPOLOGÍA
ANTROPOLOGÍA EN EL BICENTENARIO. RETROSPECTIVAS, INTERESES DEL
PRESENTE, APERTURAS

Essa abertura que considero como autoridade rompida é a capacidade atual dos museus realizarem um trabalho de efetivo contato com as memórias preservadas. Esse contato assemelha-se ao que Crapanzano (1991) identificava como diálogo em que os interlocutores compartilham uma visão conjunta da realidade.

O diálogo ‘cria um mundo’ ou, pelo menos, ‘uma compreensão de diferenças entre dois mundos’ e parece aproximar pessoas que estavam distanciadas. Há aí uma orientação fenomenológica implícita que enfatiza a constituição de um mundo comum, um entendimento comum, uma aproximação (ibid.: 61).

E, assim, identificamos que as contextualizações dos arquivos dos museus fazem parte do que nos informou Clifford (2008) sob o novo paradigma da antropologia: o interpretativismo ou o desconstrutivismo. Conforme Clifford, “todo uso do pronome eu pressupõe um você, e cada instância do discurso é imediatamente ligada a uma situação específica, compartilhada; assim, não há nenhum significado discursivo sem interlocução e contexto” (p. 41). Este modo de análise ressalta a importância em se fazer o estranhamento da autoridade etnográfica. A análise interpretativa ocorre na ação de se considerar que nem a experiência ou a atividade discursiva do pesquisador é inocente, ou seja, provedora da verdade.

Falar sobre os arquivos em museus é um debate complexo e cheio de pormenores conflitivos. Alguns acreditam que os objetos museológicos, fora de seus contextos sociais, são símbolos da conquista e ainda faltam ações efetivas que dêem espaço àqueles que ali têm suas memórias preservadas.

Esses objetivos serão alcançados somente quando houver a ampla abertura de espaços para a participação da sociedade no processo de construção e de apropriação de suas memórias e de seu patrimônio resguardados nos museus.

Pensar a preservação das memórias como uma prática social é compreender os arquivos dos museus como um processo de interpretação das culturas. Entretanto, é somente por meio da contextualização que se pode 1) aproximar o patrimônio da produção cultural, passada e presente; 2) viabilizar leituras da produção cultural dos diferentes grupos sociais, sobretudo daqueles cuja tradição é transmitida oralmente, que sejam mais próximas dos sentidos que essa produção tem para seus produtores e consumidores, dando-lhes voz não apenas na produção, mas também na leitura e preservação do sentido do seu patrimônio; e por fim criar melhores condições para que se cumpra o preceito constitucional do direito à memória como parte dos direitos culturais de toda a sociedade. Para Price:

A contextualização não mais representaria uma pesada carga de crenças e rituais esotéricos que afastam da nossa mente a beleza dos objetos, e sim um novo e esclarecedor par de óculos (ibid. 2000: 135).

Problematizar os museus como arquivos é um tema que se mostra relevante, pois é importante mudar a função dos museus como “simples depósito”, ou mostruário de peças

TOMO II – VII CONGRESO CHILENO DE ANTROPOLOGÍA
ANTROPOLOGÍA EN EL BICENTENARIO. RETROSPECTIVAS, INTERESES DEL
PRESENTE, APERTURAS

exóticas para um instrumento cultural dinâmico de educação popular, ou seja, um órgão divulgador e valorizador das histórias e culturas de diversos grupos sociais.

Agradecimentos

Agradeço a Professora Doutora Cintya Maria Rodrigues vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás, pelas aulas ministradas da disciplina Abordagem Biográfica na Antropologia que resultou como produto final este artigo.

Referencias citadas

BENJAMIN, W., 1994. O narrador: considerações sobre a obra de Nicolai Lesklov Em *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*, pp. 197-222. Brasiliense, São Paulo.

CHAGAS, M de S., 1992. Museu, literatura e emoção de lidar. *Revista do Museu Antropológico*, 1(1). Museu Antropológico da UFG.

CLIFFORD, J., 1988. On Collecting Art and Culture. En *The Predicament of Culture: Twentieth-Century Ethnography, Literature and Art*, pp. 215-252. Harvard University Press.

_____, 2008. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Editora UFRJ, Rio de Janeiro.

CRAPANZANO, V., 1991 Diálogo. *Anuário Antropológico/88*, p. 60. Editora UNB, Brasília.

CUNHA, O. M. G. da., 2004. Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo. *Mana - Estudos de Antropologia Social* 10(2): 287-322.

FOUCAULT, M., 1996. *A ordem do discurso*. Loyola, São Paulo.

GARCÍA CANCLINI, N., 1997. *Culturas híbridas*. ESUSP, São Paulo.

HALBWACHS, M., 2004. *A memória coletiva*. Editora Centauro, São Paulo.

JÚNIOR, C. G. y F. A. SILVA, 2005. Objetos vivos: a curadoria da coleção etnográfica Xikrin-Kayapo' no Museu de Arqueologia e Etnologia - MAE/USP En *Estudos Históricos* (Antropologia e Arquivos), nº 36, páginas julho-dezembro. Rio de Janeiro.

MAUSS, M., 2003. *Sociologia e Antropologia*. Cosac & Naify, São Paulo.

PRICE, S., 2000. *Arte Primitiva em Centros Civilizados*. Editora UFRJ.

TOMO II – VII CONGRESO CHILENO DE ANTROPOLOGÍA
ANTROPOLOGÍA EN EL BICENTENARIO. RETROSPECTIVAS, INTERESES DEL
PRESENTE, APERTURAS

SANT'ANNA, M., 2003. A face imaterial do patrimônio cultural: os novos instrumentos de reconhecimento e valorização. En *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*, R. Abreu y M. Chagas (Orgs.), pp.46-55. DP&A, Rio de Janeiro.